

O BRASIL NA COP-21

CARLOS AUGUSTO KLINK

SECRETÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

POR PAULO ROQUE

Segundo Carlos Augusto Klink, o Brasil será construtivo ao facilitar as negociações sobre um dos itens mais controversos até o momento, a diferenciação. Nesta entrevista à **Agroanalysis**, ele explica que a proposta brasileira chama os países desenvolvidos a assumirem compromissos ambiciosos com a redução nas emissões de gases do efeito estufa (GEEs) e a reforçarem o apoio aos países em desenvolvimento nas suas ações de mitigação e adaptação. “É com esse espírito que iremos a Paris, levando uma INDC [Contribuição Pretendida Nacionalmente Determinada] ambiciosa e, ao mesmo tempo, justa em relação ao papel e à contribuição do Brasil frente ao mundo, no período pré-2020”, conclui Klink.

AGROANALYSIS: O PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA (PNA) APRESENTADO EM DEZEMBRO DE 2008 FICOU SUPERADO?

CARLOS AUGUSTO KLINK: O PNA é um documento estratégico que se encontra em elaboração no âmbito do governo federal desde meados de 2013. Não cabe, assim, falar em superação. Este Plano soma-se aos esforços brasileiros anteriormente empreendidos para fazer frente à mudança do clima, a exemplo do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaborado em 2008, e dos Planos Setoriais que se seguiram.



QUAL É A DIFERENÇA ENTRE OS DOCUMENTOS BRASIL 2040 E PNA?

CAK: Trata-se de duas iniciativas para a agenda de adaptação à mudança do clima, a qual teve avanços nos últimos três anos. O PNA pode ser considerado o primeiro esforço nacional para a discussão estruturada e sistemática sobre adaptação à mudança do clima, trazendo para a agenda

órgãos setoriais de governo, sociedade civil, setor privado e demais esferas de governo. O processo de construção do Plano é um ponto forte, pelo seu caráter participativo e colaborativo.

Seu principal objetivo é promover a gestão e a diminuição do risco associado aos efeitos adversos da mudança do clima. Sua premissa é de que, como o clima futuro mudará, será necessário aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos para a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura. Isso contribui para o processo de desenvolvimento nacional em bases sustentáveis. Ao todo, foram propostas onze estratégias temáticas no PNA, sendo temas de destaque a agricultura, os recursos hídricos, a biodiversidade, as zonas costeiras e a saúde.

Para a elaboração do PNA, foram consideradas sinergias com outras iniciativas em curso, a exemplo do Projeto Brasil 2040, concebido e executado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PODEM AFETAR A VAZÃO DOS RIOS E A GERAÇÃO DE ENERGIA?

CAK: Com certeza podem, mas não há certeza sobre em que medida isso pode acontecer. Esse tipo de preocupação motiva, também, a discussão sobre adaptação à mudança do clima em relação à perda de biodiversidade, a impactos na saúde, ao aumento do nível do mar na zona costeira, à ocorrência de desastres, à agricultura, à segurança alimentar, entre outros. Por meio de modelos de projeção de clima futuro, podemos fazer estimativas sobre o comportamento da temperatura, chuvas e outras dezenas de parâmetros até o final do século.

O DESMATAMENTO É UM PESADELO PARA O MMA?

CAK: A supressão da vegetação nativa é um dos principais problemas ambientais do mundo. No Brasil, o desmatamento é um processo com his-

“
**POR MEIO DE
 MODELOS DE PROJEÇÃO
 DE CLIMA FUTURO,
 PODEMOS FAZER
 ESTIMATIVAS SOBRE O
 COMPORTAMENTO DA
 TEMPERATURA, CHUVAS
 E OUTRAS DEZENAS
 DE PARÂMETROS ATÉ
 O FINAL DO SÉCULO.**”

tórico longo e causas complexas. Na Amazônia, esse processo, historicamente, está muito conectado à consolidação da posse da terra, ao aproveitamento de oportunidades econômicas advindas das atividades agropecuárias e às fragilidades do controle estatal.

Após atingir quase 28.000 km² de desmatamento anual entre 2003 e 2004, com forte tendência de aumento, o governo federal lançou, em 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). As taxas no triênio 2012/13/14 registraram um patamar de cerca de 5.000 km², uma queda de 82% em relação a 2004. Esses são os melhores resultados desde o início das medições do desmatamento na Amazônia, em 1988.

A preocupação do Governo continua. Na Amazônia, os estudos mostram concentração do desmatamento em lotes abaixo de 25 hectares, dificultando a detecção pelos satélites. Nesse sentido, o Governo prepara uma nova versão do Sistema DETER (Detecção do Desmatamento em

Tempo Real) para identificar desmatamento em polígonos menores. Com o apoio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), as ações de fiscalização em campo serão mais capilarizadas e inteligentes.

Os desafios atuais passam pela expansão dos sistemas de monitoramento para outros biomas e pela implementação do novo Código Florestal. Esse passo trará segurança ao setor produtivo e iniciará a regularização ambiental dos imóveis. Com essa nova visão, o governo federal assume metas, como nas declarações conjuntas com os EUA e a Alemanha, no caminho da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de Paris (COP-21). Nesse sentido, o MMA colocou em consulta pública uma proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVERG), com um conjunto de estratégias para garantir a recuperação das áreas desmatadas.

O desmatamento está sendo enfrentado com alinhamento às políticas públicas, investimentos tecnológicos e engajamento de diversos setores. O objetivo é aumentar cada vez mais os riscos da atividade ilegal e valorizar quem produzir dentro das regras.

DESDE O FRACO RESULTADO PRÁTICO DA COP-15, DE COPENHAGUE, EM 2009, AS DISCUSSÕES SOBRE O CLIMA PERDERAM FORÇA?

CAK: Pelo contrário. A COP-16, realizada em Cancún (México), resgatou a confiança no multilateralismo, fortalecido na COP-17, em Durban (África do Sul), quando se adotou a Plataforma como documento para renovar os acordos na redução das emissões de gases do efeito estufa (GEEs). A COP de Paris será o final desse ciclo, com o início de uma nova fase do multilateralismo, quando o Brasil espera que passemos para um período de plena implementação da Convenção.

Desde 2009, quando foi promulgada a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Brasil apresentou o compromisso nacional voluntário de reduzir de 36,1% a 38,9% as emissões de GEEs projetadas para 2020. O Decreto

que a regulamenta, de 2010, apresentou como ações para este objetivo os Planos Setoriais e de combate ao desmatamento nos biomas. Assim, foram revisados os Planos existentes na Amazônia (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado), junto com o Plano Decenal de Energia. Em 2013, foram lançados novos Planos Setoriais (Plano ABC, Indústria, Mineração, Saúde, Transporte e Mobilidade Urbana). As ações são transversais e implementadas por vários Ministérios, articulados com representantes da sociedade civil, da Academia e do setor privado. O resultado, até agora, foi uma redução de 41% nas emissões de GEEs, entre 2005 e 2012. É a maior redução alcançada pelos países.

COMO ESTÃO OS PREPARATIVOS PARA A CONFERÊNCIA DO CLIMA DE PARIS (COP-21)?

CAK: Um dos pontos mais importantes é a elaboração da Contribuição Pretendida Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês). Desde 2014, o governo brasileiro promove consultas entre representantes do setor privado, da sociedade civil e da Academia. Esse processo é coerente com a proposta apresentada na COP-19,

“
NA AMAZÔNIA, OS ESTUDOS MOSTRAM CONCENTRAÇÃO DO DESMATAMENTO EM LOTES ABAIXO DE 25 HECTARES, DIFICULTANDO A DETECÇÃO PELOS SATÉLITES.”

“ O RESULTADO, ATÉ AGORA, FOI UMA REDUÇÃO DE 41% NAS EMISSÕES DE GEES, ENTRE 2005 E 2012. É A MAIOR REDUÇÃO ALCANÇADA PELOS PAÍSES. ”

de 2013, em Varsóvia (Polônia), de se estabelecer um processo de consultas domésticas à sociedade de cada país para a definição das contribuições a serem apresentadas antes da COP-21, de Paris.

O governo federal conduziu, desde 2014, por intermédio do Itamaraty, o seu processo de consulta doméstica sobre as INDC. Adicionalmente, por solicitação da presidente da República, a ministra do Meio Ambiente, em coordenação com outros Ministérios, conduziu diálogos com atores de governo, Academia, sociedade civil organizada e setor privado. O resultado destas consultas forneceu indicadores para dimensionar o grau das possibilidades do País quanto aos esforços de redução de emissões após 2020 e na área da adaptação à mudança do clima.

Vanguarda no tema, o Brasil, mais uma vez, será construtivo ao facilitar as negociações sobre um dos itens mais controversos até o momento, ou seja, a diferenciação. A proposta brasileira, conhecida como diferenciação concêntrica, chama os países desenvolvidos a assumirem compromissos ambiciosos com a redução nas emissões de GEES e a reforçarem o apoio aos países em desenvolvimento nas suas ações de mitigação e adaptação.

É com esse espírito que iremos a Paris, levando uma INDC ambiciosa e, ao mesmo tempo, justa em relação ao papel e à contribuição do Brasil frente ao mundo, no período pré-2020.

PODEMOS ACREDITAR QUE TEREMOS UM ACORDO PÓS-KYOTO?

CAK: Para que se logre um cenário favorável, várias barreiras precisarão ser vencidas. Se o acordo de Paris for ambicioso e justo, iniciaremos uma nova fase da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima. O seu foco não será mais a negociação. O Protocolo de Kyoto é um exemplo relevante de implementação da Convenção baseada em regras. O acordo de Paris precisará contemplar esse aprendizado. As INDC refletem as contribuições dos países, baseadas em suas diferentes circunstâncias nacionais. O quadro mais relevante virá de uma avaliação agregada de todas as contribuições para conduzir o mundo a um aumento não superior a 2°C da temperatura média global em relação aos níveis do início da Revolução Industrial. ■

